



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM UM  
CENTRO ESPECIALIZADO: ESTUDO DE CASO NA DOCÊNCIA**

**VÂNIA MOREIRA DA SILVA CARVALHO**

**ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**VÂNIA MOREIRA DA SILVA CARVALHO**

**O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM UM  
CENTRO ESPECIALIZADO: ESTUDO DE CASO NA DOCÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
do Departamento de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**VÂNIA MOREIRA DA SILVA CARVALHO**

### **O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM UM CENTRO ESPECIALIZADO: ESTUDO DE CASO NA DOCÊNCIA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

---

ERIVALDO FERNANDES NETO (Examinador)

---

VÂNIA MOREIRA DA SILVA CARVALHO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## **DEDICATÓRIA**

O presente trabalho é dedicado a minha família, por estar em todos os momentos me apoiando ao longo do curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente à Deus, por ter me dado força, coragem e perseverança em todos os momentos de dificuldades.

Aos meus familiares, que me apoiaram e colaboraram em várias situações, que muitas vezes ficaram privados da atenção devido ao tempo dedicado aos estudos. E, em especial ao meu esposo e meus filhos Ana Clara e Igor, os meus grandes tesouros, a razão da minha vida.

À todas as pessoas, que direta ou indiretamente participaram desta importante etapa na minha vida.

À minha orientadora Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, por ter assumido comigo esse compromisso, e principalmente pelo incentivo ao meu desenvolvimento ao longo do curso.

À Coordenadora, aos professores e todos da instituição pesquisada pela contribuição deste trabalho.

## RESUMO

A educação especial sem dúvida é um dos temas mais discutidos, pois nos últimos anos ganhou maior conotação com a questão da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, ou seja, com a premissa que a ação conjunta entre alunos não deficientes e os que apresentam necessidades educacionais especiais seja benéfica para ambas as partes. O presente estudo teve como objetivo compreender como é realizado o atendimento de alunos com baixa visão em um centro de atendimento especializado, da rede regular de ensino na cidade de Carinhanha-BA. A baixa visão é uma deficiência pouco discutida no meio social, mas é bem comum no cotidiano, e pode representar um atraso educacional quando não é descoberta a tempo pelos pais e professores. O estudo foi desenvolvido no CAEEC, com duas participantes: uma coordenadora e uma professora. Os instrumentos utilizados no processo da coleta de dados foram o questionário (com questões abertas) e específico para cada um dos participantes e as observações no local pesquisado. Os resultados demonstram que o processo de ensino aprendizagem do aluno com baixa visão ocorre de forma positiva, uma vez que é diagnosticado o problema pelo professor da escola, o professor do centro especializado faz o acompanhamento pedagógico atendendo os uma vez por semana com os recursos disponíveis. Constatou-se também que apesar da professora declarar não possuir nenhuma formação adequada para atender alunos com baixa visão, a mesma demonstra forte aceitação pelo processo de inclusão. Conclui-se que o atendimento é realizado de forma satisfatória tanto para o aluno, quanto para o professor.

**Palavras-Chave:** inclusão, professor, atendimento especializado, baixa visão, necessidades educacionais especiais.

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	8
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....</b>	<b>11</b>
2.1 Educação Inclusiva no Brasil .....	11
2.2 Atendimento Educacional Especializado .....	13
2.3 Deficiência Visual: Baixa Visão.....	16
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>19</b>
3.1 Geral .....	19
3.2 Específicos.....	19
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia .....	20
4.2. Contexto da Pesquisa.....	20
4.2.1 Local da Coleta de Dados.....	20
4.2.2 Caracterização do Local Pesquisado .....	20
4.3 Participantes .....	21
4.4 Materiais .....	21
4.5 Instrumentos da Construção de Dados .....	22
4.6 Procedimentos de Construção de Dados .....	22
4.7 Procedimentos de Análise de Dados .....	23
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>24</b>
5.1 Análise do Questionário - Coordenador .....	24
5.2 Análise do Questionário - Professor.....	26
5.3 Análise das Observações .....	29
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>37</b>
A – Questionário - Coordenador (Modelo) .....	37
B – Questionário - Professor (Modelo) .....	39
C – Protocolo de Observação (Modelo) .....	41
<b>ANEXOS .....</b>	<b>42</b>
A - Carta de Apresentação (Modelo) .....	42
B - Aceite Institucional (Modelo) .....	43
C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo) .....	44

## 1 APRESENTAÇÃO

Para que a inclusão aconteça verdadeiramente é necessário, toda uma equipe apta a atender as pessoas especiais que necessitam de auxílio para desenvolver suas competências e habilidades como psicopedagogos, professores capacitados capazes de sanar a dificuldade de cada um, pois a implementação da educação inclusiva busca estreitar os laços eliminando a distância entre o ensino regular e o especial. Segundo Paulon (2005), é necessário que todos os alunos sejam inseridos nas escolas de ensino regular, com a pretensão de romper os paradigmas da desigualdade, sendo assim a educação especial devem ser bem planejada, apresentar propostas interessantes com recursos diferenciados que atenda a especificidade de cada aluno no ambiente escolar ou em centros de atendimento especializado.

Dessa forma Carvalho (2010) afirma que para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas o trabalho dos professores deve migrar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica e interativa que se contrapõem a toda e qualquer visão hierárquica do saber.

As pessoas com necessidades especiais quase sempre encontram obstáculos na interação nos contextos sociais, devido à forma de agir preconceituosa de algumas pessoas, deixando-os constrangidos. Dessa forma, requer-se toda uma compreensão acerca das necessidades especiais, o que nos remete a pensar nos desafios em torno dessa temática, principalmente no âmbito escolar, pois é um local onde as crianças com necessidades educacionais especiais necessitam se sentir seguras e acolhidas visando um melhor desenvolvimento e aprendizagem.

No entanto, muitas escolas não são adaptadas para atender as crianças com necessidades educacionais especiais e os professores, por outro lado, acabam fazendo o que está ao seu alcance diante de tal realidade e conseguem desenvolver seu trabalho mesmo com tantas limitações. Mas, há em algumas localidades um ponto de apoio, ou seja, um local especializado e preparado para atender as demandas dos alunos NEE, ou seja, para ajudá-los em sala de aula, já que a maioria dos professores regentes não tem formação para lidar com as mesmas. Partindo deste conceito a Cidade de Carinhanha dispõe deste local especializado que atende estas crianças, onde os trabalhos fluem mesmo não sendo realizados os atendimentos diariamente com as mesmas crianças, pois os atendimentos são alternados, mais precisamente uma vez por semana para cada aluno.

Sendo assim, partindo da curiosidade de entender melhor como funciona o processo de inclusão na rede regular de ensino da cidade de Carinhanha-Ba, uma vez que aparentemente as escolas não estão preparadas para atender a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais surgiu o interesse por este tema.

Uma vez que adentrei na área educacional há uns dois anos, pois sempre trabalhei em algo oposto, mas devido ter feito faculdade na área da educação por afinidade, procuro me informar um pouco sobre os temas pertinentes a nossa realidade, principalmente quando se trata de inclusão que é um processo que ocorre gradualmente a cada momento, a partir do momento que se adquire informações a respeito do assunto, as barreiras do preconceito diminuem, uma vez que as pessoas vão mudando sua mentalidade no decorrer do tempo.

Os professores da rede pública de Carinhanha-BA, mesmo com muitas dificuldades, encaram o desafio da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Como apoio as suas ações contam com o suporte de um núcleo de atendimento especializado. O mesmo dispõe de uma equipe bem reduzida, pois ainda está em processo de implantação, mas mesmo com uma equipe pequena realiza um trabalho satisfatório diante de muitas limitações que existem como a falta de recursos. O local dispõe de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no contraturno da escola regular, utilizando métodos mais dinâmicos como abecedário, silabário, quebra-cabeça, bingos matemáticos, sequência lógica, dominotas e outros jogos educativos além de oficinas interdisciplinares, e no caso dos alunos com baixa visão é feito o uso da lupa, assim como materiais ampliados para melhor visualização.

As pessoas que apresentam a deficiência visual de baixa visão têm algumas limitações no seu cotidiano, e necessitam de toda uma atenção principalmente nas escolas que precisam de atividades ampliadas, lugares centralizados que permitam uma melhor visualização das atividades.

Mas para que estes cuidados sejam tomados o professor tem que ter um senso crítico e ser um observador/escutador dentro da sala de aula, para descobrir as dificuldades de seus alunos, e assim também poder ajudar aqueles que já foram diagnosticados com alguma deficiência, atendendo todos igualmente e sanando as dificuldades.

Portanto, neste trabalho pretendeu-se investigar como acontece a parceria entre escola e um centro especializado de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais, bem como compreender como é realizado o atendimento de alunos com baixa visão neste local. Sendo assim, tentei buscar respostas para algumas questões:

- ✓ Quem é o responsável pelo encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais para o núcleo de atendimento especializado? A escola ou a família?
- ✓ Como é realizado o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais pelo centro de atendimento especializado?
- ✓ Como é realizado o atendimento aos alunos com baixa visão neste local?

Para melhor desenvolvimento do trabalho ele foi dividido em partes: a Fundamentação Teórica que conta com a contextualização literária dos autores que falam sobre o tema com os seguintes tópicos: Educação Inclusiva no Brasil; Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Visual: baixa visão; Objetivos; Metodologia - temos o caminho percorrido para a realização do trabalho, com aplicação de questionário, onde as pesquisadas explicitam sobre sua formação como também expõem suas ideias a respeito do tema pesquisado; Resultados e Discussão onde é realizada a análise e discussão dos dados coletados em campo; Considerações finais; Referências; Apêndices e Anexos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Educação Inclusiva no Brasil**

As primeiras ações sociais voltadas para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil ocorreram ainda no Período Colonial. Foram elas: a criação do Instituto de Meninos Cegos, sob a direção de Benjamin Constant e inspirada na experiência européia (Atual Instituto Benjamin Constant), em 1854; e a criação do Instituto dos Surdos-Mudos, sob a direção do francês Edouard Huet (Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos), em 1857 (BRASIL, 2008).

Desta forma, embora as criações destes dois Institutos tenham se constituído como marcos histórico, as ações realizadas em se tratando de educação especial ainda eram pontuais e restringiam-se a casos mais graves e de maior visibilidade.

Em 1874 ocorreu à criação do Hospital Juliano Moreira na Bahia, que oferecia assistência médica aos indivíduos com Deficiência Intelectual, no ano de 1874; e a criação na Escola México (RJ) para atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, em 1887 (BRASIL, 2008).

Após 1945, passada a Segunda Guerra Mundial, tem início no Brasil a Segunda República, que perdura até 1964, também chamada de República Populista. O final do Estado Novo culmina na adoção de uma nova constituição, de cunho liberal e democrático, na qual o cumprimento do Ensino Primário de tornava obrigatório. Além disso, tal constituição afirmava a educação como direito de todos e atribuía à União a competência de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. (BRASIL, 2008).

Em relação à educação especial, houve no período expansão dos estabelecimentos de ensino para portadores de deficiência intelectual, a criação da primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Rio de Janeiro em 1954 e o lançamento de campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiência pelo Ministério da Educação (MEC).

Ainda, a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases) criou o Conselho Federal de Educação e usou a expressão “educação de excepcionais” nos artigos 88 e 89, oficializando a responsabilidade do poder público em relação a esta. Como ressalta o Marcos Políticos – legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com

deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (BRASIL, 2010, p. 12).

Os movimentos sobre a educação inclusiva começaram a ganhar força no Brasil a partir de 1988 quando foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que traz em seu corpo as seguintes questões relacionadas a inclusão da pessoa na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 que têm como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). E ainda, define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2010, p. 12).

Em 1994 acontece na cidade de Salamanca na Espanha a Conferencia Mundial de Educação para Todos com o objetivo de modificar o panorama relacionado a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. O Brasil participou e é signatário da Declaração de Salamanca a qual serviu de base para a implementação de uma política nacional da educação especial,

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (19). (BRASIL, 2010, p. 13).

Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n. 2 de 11 de setembro de 2001: Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CEB n. 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

É sabido que o desejo da inclusão perpassa por muitos anos, ainda é muito debatido no contexto atual, como por exemplo, no Município de Carinhanha, aonde a questão da inclusão nas escolas veio ganhar forças nos últimos três anos com a criação do centro de atendimento especializado. Antes disso, pouco era conhecido sobre a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em sala regular, pois a cidade possui uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que atende muitas crianças especiais há mais de 20 anos, realizando o atendimento educacional especializado, tanto na modalidade substitutiva quanto na modalidade complementar. Com isso os próprios pais já tinham aquela visão que o local para seu filho era a APAE e acabavam não procurando as escolas para exigir o que lhe era de direito.

No entanto, em Carinhanha o número de crianças que necessita de um atendimento educacional especializado, comparado a quantidade de habitantes não é tão relevante assim, pois em uma cidade com 30 mil habitantes vamos encontrar uma média de 96 crianças especiais declaradas, ou seja, que são atendidas como especiais em horário inverso ao da escola regular, pois, de acordo com a Declaração de Salamanca sobre necessidades educacionais especiais, “aquelas que possuem necessidades educacionais especiais deve ter acesso á escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender suas necessidades” (BRASIL/DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 8).

## **2.2 Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado é de suma importância, é uma forma de propiciar oportunidades para inclusão sendo um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes do aluno. No que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é de direito do aluno com deficiência receber o atendimento gratuito, independente da sua deficiência em todas as etapas de escolarização, e este atendimento deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2011).

Todo ser humano tem direito ao acesso à educação assegurado por lei (BRASIL, Constituição Federal, 1988). A Educação inclusiva surge mediante várias lutas sociais no intuito de garantir esse direito à pessoa com deficiência de modo que lhe seja assegurado um

atendimento especializado considerando suas limitações e particularidade no processo de aprendizagem. Bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 assegura uma organização curricular específica para atender o aluno deficiente. Em complemento a esta legislação, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 2001 determina a necessidade de haver um atendimento educacional especializado no intuito de melhor atender o aluno com deficiência.

A Política Educacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) veio reafirmar o direito de todos os alunos, recebendo, quando necessário o Atendimento Educacional Especializado. De acordo com o documento o foco é garantir o ensino regular para as crianças com necessidades educacionais especiais, e no contraturno escolar receber o atendimento educacional especializado em sala com materiais multifuncionais apropriados para esse público. Conforme a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, em seu artigo 02, o objetivo do Atendimento Educacional Especializado é “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. (BRASIL, 2009, art. 2º).

Ainda de acordo a Resolução Nº 4, de 2 de Outubro de 2009, em seu Art. 9 temos que:

A elaboração e execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias em interface com os demais serviços setoriais de saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Entretanto, reconhecemos que foi preciso muitas lutas para que conseguíssemos esse direito visto que ao longo da história da humanidade a pessoa com deficiência era excluída do convívio social e considerada subumana. Através da luta social e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é que a defesa pela inclusão da pessoa com deficiência ganha cada vez mais destaque em todo o mundo.

O compromisso educacional que visa à inclusão do deficiente no ambiente de ensino sempre foi uma preocupação. E, foi reafirmada quando se realizou em Salamanca, a Conferência Mundial sobre Necessidade Educativa Especiais tendo como resultado a Declaração de Salamanca (1994) cuja defesa era de uma escola inclusiva capaz de atender as

todas as crianças considerando as suas limitações e individualidades. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994).

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter oportunidade de conseguir manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade dessas características e necessidades educativas especiais [...]criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo uma educação para todos. (BRASIL/DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, pág. 01).

Partindo dessa reflexão compreende-se que a educação sendo um direito garantido por Lei a todos os indivíduos deve ser assegurada independente de qualquer situação. Logo, todo cidadão tem o direito de participar do processo educacional de acordo com suas necessidades. Isso implica darmos ênfase que a nenhum indivíduo deve ser negado o direito de participar do processo de aprendizagem, da socialização e interação com os demais sujeitos mesmo sendo pessoa com necessidades educacionais especiais. Daí a necessidade de um ambiente escolar estruturado capaz de promover a inclusão de maneira ampla e satisfatória atendendo assim o que preconiza documentos legais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN), Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que tange as orientações contidas nesses documentos citados acima, destaque-se aqui as orientações do Estatuto da Criança do Adolescente sobre o atendimento educacional especializado, contidas em seu artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais

Entretanto, é necessário ressaltar que quando pensamos nessas propostas de inclusão educacional vemos que nem sempre isso é uma ação que vem sendo colocado em prática se considerarmos a realidade educacional de muitas escolas. São muitos os empecilhos que impedem com que os direitos a pessoa com deficiência sejam concretizados, a exemplo da

falta de estrutura física adequada das escolas e de profissionais capacitados. A esse respeito Silva (2010, p. 127) expõe algumas barreiras, das quais destacamos:

- Prédios escolares pouco ou nada adaptados, como por exemplo, prédios sem rampas, barras de apoio, banheiro adaptado e portas alargadas para permitir a passagem de cadeiras de rodas, extintores localizados muito baixos de modo que o aluno com deficiência visual possa esbarrar;
- Adaptação insuficiente no mobiliário da escola (faltam de mesas, cadeiras adaptadas de acordo com as características dos alunos, por exemplo);
- Número levado de alunos por salas de aulas;
- Falta de recursos materiais, como material didático (livros em braile, livros falados, softwares educativos específicos) e equipamentos específicos (computador com sintetizador de voz, dispositivos de acesso ao computador);
- Falta de recursos humanos, já que inclusão escolar requer a contratação de profissionais especializados, tais como interpretes de libras, professores especializados, em educação especial, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, entre outros.

Nessa perspectiva compreendem-se quando é de fundamental importância investir cada vez mais para superar tais dificuldades e assim garantir a consolidação da educação inclusiva. Além disso, é importante também destacarmos a participação da família e de toda sociedade na cobrança e no acompanhamento das efetivações dessas ações.

Diante do exposto, fica claro que sendo a escola como um importante espaço de promoção da aprendizagem e de formação social é de suma importância que ela esteja preparada para atender a pessoa com deficiência considerando suas limitações e acima de tudo a ajude a desenvolver-se enquanto ser humano capaz de aprender e desenvolver enquanto cidadão de direito.

### **2.3 Deficiência Visual: Baixa Visão**

Pessoa com deficiência visual é aquela que tem baixa visão ou é cega. Segundo Bruno (1997, p. 07 *apud* ROMAGNOLLI, 2008, p. 12-13), do ponto de vista educacional, é considerado deficiente visual, após avaliação funcional da visão:

- Pessoas cegas, que apresentam “desde ausência total de visão até a perda da projeção de luz”, cujo processo de aprendizagem se fará através da integração dos sentidos: tátil- sinestésico- auditivo- olfativo-gustativo, utilizando o Sistema Braille como principal meio de leitura e escrita.
- Pessoas com baixa visão, que apresentam “desde condições de indicar projeção de luz até o grau em que A redução da acuidade visual interfere ou

limita seu desempenho”. O processo educativo se desenvolverá por meios visuais ainda que seja necessária a utilização de recursos específicos como lupas de apoio, telulupa, material com caracteres ampliados, capazes de maximizar a eficácia de seu resíduo visual.

Os critérios visuais incluídos nessa definição seguem a Classificação Internacional das Doenças (CID) e não devem ser, portanto, utilizados para elegibilidade de educação ou reabilitação, sem incluir dados de avaliação de outras funções visuais igualmente importantes, como “sensibilidade aos contrastes e adaptação à iluminação.”

Desta forma, segundo Bruno (1997 p.8-9 *apud* ROMAGNOLLI, 2008, p. 14) propõe-se uma avaliação clínico-funcional realizada por oftalmologista e professor especializados em baixa visão, levando em conta Bruno (1997, p. 8-9 *apud* ROMAGNOLLI, 2008, p. 14-15):

**Avaliação Clínica, realizada pelo médico oftalmologista:**

- diagnóstico e prognóstico;
- avaliação da acuidade visual para perto e longe;
- avaliação do campo visual;
- avaliação da sensibilidade aos contrastes e visão de cores;
- prescrição e orientação de recursos ópticos especiais.

**Avaliação Funcional, realizada pelo professor especialista:**

A Avaliação Funcional da Visão revela dados qualitativos de observação informal sobre:

- o nível de desenvolvimento visual do aluno;
- o uso funcional da visão residual para atividades educacionais, de vida diária, orientação e mobilidade;
- a necessidade de adaptação à luz e aos contrastes;
- adaptação de recursos ópticos, não-ópticos e equipamentos de tecnologia avançada.

A avaliação funcional da visão deve ser realizada por professor especialista na área de deficiência visual. Contudo nem sempre é necessário ser um especialista para descobrir que determinado aluno tem problema na visão, na maioria das vezes isso é detectado pelo professor da escola, quando percebe no seu cotidiano que determinado aluno tem dificuldades para enxergar no quadro logo orienta aos pais a levá-lo no oftalmologista. E quando diagnosticado o problema na visão o professor tem que se adaptar a aquela realidade do aluno.

As pessoas com baixa visão vivem em posição intermediária entre as pessoas que enxergam normalmente e a dos deficientes visuais totais, no entanto, um dos problemas dessas pessoas é por não serem reconhecidos como pessoas que tem uma visão normal, por apresentar algumas limitações que os impede de desenvolver algumas atividades, assim como também não são considerados cegos, pois dispõem de uma visão residual que permite desenvolver as atividades de forma bem satisfatória.

Desta maneira, constata-se que a baixa-visão, diminui o entendimento e captação das informações que o indivíduo recebe do ambiente, afetando assim sua capacidade de construção do conhecimento, captados pelo contato visual com o meio exterior. Assim, fica limitado de muitas informações que estão ao seu redor. Contudo a aprendizagem visual transcende a visão ocular, pois as várias captações feitas pelo cérebro, onde o deficiente visual aprimora essa capacidade de síntese cerebral e captura, codifica seleciona e organiza imagens fotografadas pelos olhos.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral:**

- Compreender como é realizado o atendimento de alunos com baixa visão em um Centro de Atendimento Especializado, da rede regular de ensino na cidade de Carinhanha-Ba.

#### **3.2 Específicos:**

- Verificar como acontece a parceria das escolas regulares com o Centro de Atendimento Especializado;
- Identificar e conhecer a função dos profissionais que fazem o atendimento aos alunos com baixa visão no Centro de Atendimento Especializado;
- Observar o atendimento de uma professora com um aluno de baixa visão no Centro de Atendimento Especializado.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

A proposta dessa pesquisa será qualitativa uma vez que esta permite um envolvimento maior do pesquisador com seus participantes, pois Segundo Bogdan e Biklen (1982, p. 13) a pesquisa qualitativa ou naturalística, envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

### **4.2 Contexto da Pesquisa**

#### **4.2.1 Local da Coleta de Dados**

O trabalho foi desenvolvido em um Centro de Atendimento Especializado, na cidade de Carinhanha, sendo que o mesmo dá suporte às escolas no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais no contra turno das aulas. Nesse trabalho o mesmo será denominado CAEEC (Centro de Atendimento Educacional Especializado de Carinhanha).

#### **4.2.2 Caracterização do Local Pesquisado**

O local pesquisado CAEEC, possui uma estrutura simples com dezoito ambientes sendo: dez salas de atendimento, sendo que uma é utilizada pela coordenação do local; duas salas grandes onde funciona a recepção; uma cozinha e uma copa; dois banheiros; além de uma área coberta e um quintal.

O local atende crianças com necessidades educacionais especiais e também crianças com dificuldades de aprendizagem no contraturno das aulas. De acordo com os números do Censo 2015 são atendidas noventa e seis crianças distribuídas no período matutino e vespertino.

No local temos com uma equipe formada por duas psicopedagogas, uma fisioterapeuta, uma psicóloga, uma assistente social, três professores do AEE, uma secretária, uma auxiliar de serviços gerais e uma coordenadora, responsável pelo direcionamento das ações neste local.

Ressaltando que o local não atende somente crianças com deficiências. Lá são atendidas também crianças com problemas de relacionamento (identificadas pelos professores); crianças com comportamento difícil - atendidos pela psicóloga; há ainda o

atendimento pela fisioterapeuta, até sua recuperação, às crianças que sofreram alguma queda na escola com quebra de um braço e/ou uma perna.

### **4.3 Participantes**

O presente trabalho de pesquisa contou com a participação da Coordenadora do local pesquisado, como também de uma professora que atende alunos com várias deficiências entre eles um com baixa visão, foco desta pesquisa.

A Coordenadora Carla (nome fictício) foi escolhida para fazer parte da pesquisa pelo fato de conhecer o processo pedagógico e burocrático da instituição, ou seja, está no local desde quando foi implantado na cidade, há uns três anos. Ela está com 35 anos de idade; possui 14 anos de experiência na área educacional, sendo que há três anos trabalha com educação especial. Carla é formada em Pedagogia, possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Didática e Metodologia do Ensino Superior, e Gestão Escolar. Aparentemente desenvolve muito bem seu trabalho, e está sempre buscando aprimorar seus conhecimentos com novos cursos.

A Professora Maria (nome fictício), foi escolhida para participar da pesquisa por trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e atender um aluno com baixa visão. Ela trabalha na área da educação há 22 anos, sendo que há três anos trabalha nesta instituição no atendimento com crianças com necessidades educacionais especiais. Ela é formada em Pedagogia, possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, é extremamente dedicada em suas funções e busca sempre desenvolver um bom trabalho, com estas crianças que necessitam de toda atenção e carinho.

Temos também o aluno que participou de forma indireta da pesquisa, uma vez que as observações foram feitas durante o atendimento de um aluno com baixa visão. Mas, no entanto, o foco da pesquisa foi a Coordenadora Carla e a Professora Maria, que responderam os questionários.

### **4.4 Materiais**

Para dar suporte ao presente trabalho foram utilizados os materiais:

- 1 computador;
- 1 impressora;
- folhas de papel;
- Tinta para impressão.

#### **4.5 Instrumentos de Construção de Dados**

Para realizar este trabalho foi utilizado como instrumentos um questionário e o protocolo de observação. Neste sentido foram aplicados dois questionários distintos, pois as duas pessoas exercem funções diferentes dentro da instituição pesquisada.

Foi desenvolvido um questionário (com questões abertas) para a coordenadora, com informações pessoais e profissionais, sendo que as questões um a quatro são voltadas para o seu perfil, da quinta questão a décima terceira questão é de cunho profissional, onde a mesma relata sua experiência e sobre as ações realizadas na Instituição.

Para a Professora Carla também foi desenvolvido um questionário (com questões abertas), sendo que as cinco primeiras eram voltadas para seu perfil e como profissional, as demais voltadas para o atendimento do aluno com baixa visão.

As observações foram realizadas apenas duas vezes, pois o atendimento acontece uma vez na semana.

#### **4.6 Procedimentos de Construção de Dados**

A coleta de dados foi realizada no CAEEC, pois se trata de um ambiente que atende crianças com necessidades educacionais especiais, que dá suporte as escolas do município, e por já ter conhecimento com as pessoas que trabalham no local, isso facilitou algumas informações prévias, além de ser a mais viável no desenvolvimento da pesquisa por atender várias demandas do município na área educacional.

Para realização desta pesquisa foi realizado um pedido de autorização para desenvolver o trabalho no local com a Diretora que também exerce o cargo de Coordenadora da mesma, onde foi entregue a Carta de Apresentação (Anexo A) e o Aceite Institucional (Anexo B). Neste momento a Coordenadora foi convidada a ser participante da pesquisa, e foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) e entrega do questionário a ser respondido. Também foi realizada uma conversa informal com a coordenação e com demais membros da equipe para conhecer mais sobre o funcionamento e sua estrutura física do local.

Num outro momento, fui me apresentar à professora, explicando os objetivos da pesquisa e convidei a mesma para fazer parte do trabalho. Em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) e o questionário a ser respondido, nesta

ocasião também foi marcado o nosso próximo encontro, com o objetivo de fazer observação do atendimento de um aluno com baixa visão, como o objetivo de entender como acontecer o atendimento ao aluno neste local. O processo de observação foi feito uma vez por semana, sendo que o atendimento é realizado a cada oito dias, e mesmo sendo realizado uma vez por semana nem sempre o aluno cumpre o horário de atendimento, acaba faltando, por esse motivo só foram feitas duas observações.

As participantes foram bem receptivas e acharam interessante o tema a ser pesquisado, por eles não terem muita demanda do tema da pesquisa e responderam os questionários sem necessitar de qualquer intervenção.

#### **4.7 Procedimentos de Análise de Dados**

O presente estudo foi construído a partir de dois questionários individuais, sendo aplicado um para a Coordenadora e o outro para uma professora, onde ambas responderam questões da sua vida profissional, como também relacionada ao foco da pesquisa.

As questões de número 1 a 5 de ambos os instrumentos são referentes ao perfil profissional das participantes. No contexto da pesquisa a coordenadora explicita sobre a sua experiência profissional assim como também sobre o processo de atendimento no local pesquisado, cuja instituição funciona como suporte às escolas da rede pública de Carinhanha-Bahia. Já a professora, respondeu questões sobre sua prática profissional em relação ao atendimento do aluno com baixa visão.

Os instrumentos foram analisados de forma descritiva tendo sempre a preocupação de confrontar a realidade pesquisada à luz da Fundamentação Teórica do trabalho.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender como é realizado o atendimento de alunos com baixa visão no CAEEC foi elaborado um questionário (questões abertas) e aplicado para a coordenadora do local, e também para uma professora que atende alunos com baixa visão.

### 5.1 Análise do Questionário - Coordenador

As primeiras questões para a pesquisa versavam sobre sua formação, tempo de experiência. Sendo assim, em relação a sua formação acadêmica e sua Especialização a mesma é bem direta “sou Pedagoga, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e especializada em Didática e Metodologia do Ensino Superior, e também em Gestão Escolar”. Dessa forma, percebe-se que a mesma tem certa preparação na área da educação, pois já fez alguns cursos.

E, quando questionada sobre sua experiência afirma ter “14 anos de experiência” sendo que “há quatro anos” trabalha a frente deste Centro de Atendimento com a função de “Coordenar os trabalhos pedagógicos e os administrativos, pois assumo a função de diretora também”. Como afirma (PACHECO, 2007, p. 135) “a coordenação do planejamento, de ações e de avaliação é uma das condições importantes das escolas inclusivas. A coordenação demanda certas habilidades, atitude e conhecimento.” Percebe-se que independente de se tratar de inclusão ou não a coordenadora desempenha um papel importante e necessário para a concretização das ações em qualquer âmbito, pois é de suma importância que aja acompanhamento e incentivo para que a equipe trabalhe bem.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996 (LDBEN), o Atendimento Educacional Especializado, Assegurado no artigo 58, § 1º e § 2º, ressalta que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, art. 58, § 1 e § 2º)

Conforme o artigo citado existe a possibilidade do atendimento educacional especializado, ocorrer fora do ambiente escolar, desde que não seja substituído pelo ensino regular, pois o atendimento deve funcionar como intervenção de apoio como suporte para os professores que tem em

sua sala um aluno com deficiência e tem necessidade de ajuda. A cidade de Carinhanha conta com este meio de intervenção que ajuda as escolas.

Partindo deste contexto foi perguntado para Coordenadora Carla como e quando foi implantada a instituição nesta cidade. Carla informou que o local: “Foi implantado no mês de março de 2012 com 11 profissionais da área de educação, saúde e proteção social através de várias discussões e da necessidade de se implantar uma instituição especializada. Tivemos o apoio da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura.” E, informou ainda que, destes onze, oito trabalham diretamente com os alunos com necessidades educacionais especiais que são eles: “três psicopedagogos, três professores do Atendimento Educacional Especializado, um psicólogo, um fisioterapeuta”. Sendo assim, como afirma Pacheco (2007, p. 195) “uma característica geral dos serviços de apoio nas escolas é que eles adotaram uma postura colaborativa e trabalham de maneira coordenada com os professores a fim de criar o conhecimento compartilhado necessário para enfrentar os vários desafios que a inclusão apresenta”.

A Coordenadora Carla foi solicitada a descrever como acontece a parceria entre as escolas e o CAEEC. Neste contexto percebe-se que há uma sintonia entre a escola e o CAEEC desde quando o atendimento é solicitado pelo professor “para encaminhar os alunos para o CAEEC eles utilizam uma ficha de encaminhamento e ao chegar no CAEEC eles são atendidos pelos profissionais de acordo as necessidades das queixas. Os profissionais que atendem os alunos visitam as salas comuns, fazem diagnósticos e intervenções necessárias.” Segundo Marchesi (2004) um projeto bem elaborado em conjunto pela equipe de professores revela-se um poderoso instrumento de mudança quando se tem como objetivo a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais (NEE). Dessa forma, mesmo não tendo muitos recursos didáticos, para se trabalhar cada deficiência o CAEEC, conforme observado trabalha de forma exitosa com dedicação e força de vontade de cada profissional que ali trabalha.

Dessa forma, a Coordenadora Carla pontua como é realizado o atendimento na Instituição “geralmente os atendimentos acontecem nessa ordem: Diagnósticos, atendimentos de intervenções com oficinas em grupo, atendimentos individualizados, fisioterapia, ou seja, cada profissional atende de acordo com a sua função”.

E, quando perguntada sobre como é realizado o atendimento aos alunos com baixa visão neste local a mesma descreve que o atendimento é realizado “com jogos e brincadeiras lúdicas e com letras ampliadas”. E, em relação a sua percepção sobre a aprendizagem dos

alunos com baixa visão a mesma declara que: “no CAEEC quase não temos alunos com baixa visão, pois no nosso município o número dessa deficiência é pouco encontrado, mas acredito que esse público necessita de um acompanhamento mais próximo onde às letras precisam ser ampliadas e o uso da lupa é indispensável”. É essencial o uso de vários recursos para desenvolver as atividades com alunos com baixa visão, por ser algo que compromete suas funções visuais, o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem e deve ter um acompanhamento contínuo para que não seja prejudicado. Segundo a Coordenadora Carla considera que os fatores de acessibilidade para os alunos com baixa visão no local são “piso antiderrapante, textos ampliados, lupas e entre outras”.

Embora de maneira simples as questões lançadas para a coordenadora esclarecem um pouco do que acontece no CAEEC, que funciona como apoio a todas as escolas do município e conta com uma modesta equipe, mas que dentro das possibilidades do ambiente busca fazer o melhor, pois assim como afirma (PACHECO, p. 196) “a coordenação é essencial entre as equipes de apoio internas e externas à escola, a necessidade de uma coordenação firme e clara aumenta com o número de pessoas trabalhando juntas”.

## 5.2 Análise do Questionário - Professor

Assim como temos a Coordenadora que é responsável pelo funcionamento da instituição pesquisada e ações ali realizadas, temos também professores atuando no local que são fundamentais para a realização dos trabalhos.

Sendo assim, conforme já explorado, foi aplicado questionário (aberto) para a Professora Maria que atende um aluno com baixa visão. As questões iniciais foram: 1- Qual sua formação acadêmica? “Nível superior”; 2 - Você possui pós-graduação? Se sim em qual área? “Sim”. *Especialista “em Psicopedagogia Clínica e Institucional”*; 3- Há quantos anos trabalha na área Educacional? “22 anos”; 4- Há quantos anos trabalha como docente neste local? “3 anos”. Neste contexto, a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996, art. 61, incisos I e II) dos profissionais da Educação:

Art. 61. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

I – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

II – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Partindo deste conceito da LDBEN pode-se constatar que a professora é uma pessoa experiente, pois são muitos anos trabalhando nesta área, e isso é um fator a favor para quem trabalha com Educação Especial, que apesar de não ter formação adequada para trabalhar com educação especial, tem um histórico amplo, já conviveu com diversas situações em sua carreira.

A questão cinco do instrumento visava saber se a pesquisa possui formação na área de ensino especial ou inclusão? Qual tipo de formação (inicial ou continuada)? E, sua resposta foi bem direta “Não”, o que não foi diferente na questão seis quando perguntada se possuía curso de capacitação/extensão/formação continuada na área de deficiência visual/Baixa visão? Cite qual (is): assim como na questão anterior a resposta foi “Não”. No entanto, sabe-se que o a formação/capacitação é extremamente importante para que possa ajudar aqueles que necessitam de ajuda, mas nem sempre isto é levado ao pé da letra, como neste caso que temos professores que trabalham em um centro de atendimento especializado, mas não tem nenhuma formação/capacitação em Educação Especial, partindo deste conceito a LDB, em seu artigo 59, § III, estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educando em classes comuns (BRASIL, 1996, art. 59, §3º).

Essa capacitação se dá de acordo com a Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 1º, em que expressa que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I- perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV- atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001, art. 18, §1º).

No entanto, apesar de todas essas normas sabemos que em muitas cidades ainda não seguem essas normas, e o professor acaba tendo que se instruir sozinho sem ajuda de nenhum curso para atender as necessidades destes alunos. Como no caso desta professora que apesar de não ter feito nenhum curso de formação na área aparenta saber mediar seu trabalho de forma satisfatória dentro das possibilidades que o ambiente oferece.

Na questão sete quando perguntada quais procedimentos metodológicos você utiliza para trabalhar com alunos que tem baixa visão? A Professora Maria respondeu que “utilizo papel picado, alinhavo, desenho livre, pintura com pincel, modelagem figura-fundo, cores, alfabeto ampliado, gravuras ampliadas, avental da matemática etc...”

Já na questão oito foi perguntada para a Professora Maria qual a sua percepção sobre aprendizagem do aluno com baixa visão? Para ela é importante

Considerar as complexidades de fatores que influenciam no aprendizado e na condição sensorial para compreender o mundo que o rodeia. A aprendizagem visual não depende apenas do olho, mas tem sua base construída também através da capacidade do cérebro de realizar suas funções. A criança que enxerga pouco não tem condições de imitar precisa desenvolver o uso da visão residual e dos outros sentidos para entender e executar as tarefas.

Portanto, a baixa visão resume-se em uma deficiência visual, que reduz de forma parcial a percepção da visão do indivíduo, ficando restrita a grande quantidade de dados que são importantes para a construção do conhecimento existente no mundo exterior por não conseguir enxergar de forma plena. Sendo assim, para não ter prejuízos na aprendizagem o uso da visão residual para realização das atividades é essencial.

Na questão nove a Professora Maria elencou, na sua percepção, quais são os aspectos facilitadores de acessibilidade para os alunos com baixa visão neste local? Ela considera que “neste local não há instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptada para melhorar o atendimento e promover seu desempenho na realização de tarefas.” Sabemos que o uso da tecnologia para atendimento de um deficiente visual seria muito útil. No entanto, esta não é a realidade da nossa cidade, pois o laboratório de informática ainda está em fase de adaptações e não são utilizados pelos alunos. Os recursos tecnológicos são importantes para o processo de escolarização do aluno com deficiência visual, pois são facilitadores nas atividades escolares, de um aluno com baixa visão, por exemplo, que poderá desenvolver suas habilidades com as ferramentas disponíveis por esses sistemas operacionais.

Sendo assim, temos os recursos mais comuns e de fácil acessibilidade como os citados a seguir pela professora na questão dez (recomendações que considere importantes para o trabalho com os alunos com baixa visão):

Uso da lupa; auxílio de informática, encaixe (enfiar, enroscar, abotoar, perfurar, alinhar); Treino do recurso óptico; percepção de detalhes; percepção de gravuras; percepção de formas geométricas; Orientação espacial/ temporal/ espaço-temporal; Orientação de mobilidade; Uso da luz artificial da lanterna em diversos segmentos (sempre partindo do centro).

Certamente é extremamente importante a adequação do ambiente escolar para a inclusão do aluno com baixa visão em sala de aula, dando condições de participação e facilitando o aprendizado deste aluno. O aluno com baixa visão deve sentar-se próximo ao professor, para que possa ouvir claramente o que o professor está falando, assim algumas adaptações são importantes como: a iluminação deve ser distribuída sobre as tarefas em quantidades iguais, vinda de todos os ângulos, sem refletir diretamente no rosto do aluno. Caso não haja a iluminação artificial será necessário que o aluno sente-se próximo das janelas, para aproveitar a iluminação solar, mas evitando o contato direto com o sol. Essas são medidas simples, mas que fazem muita diferença para quem tem deficiência visual.

### **5.3 Análise das Observações**

As observações, mesmo que em pouca quantidade, foram de fundamental importância para conhecer um pouco da realidade do aluno com baixa visão e como é realizado o processo de ensino desta criança.

O atendimento deste aluno ocorre uma vez por semana, mas precisamente toda terça-feira no período vespertino, com uma hora e meia de duração, e este vem sempre acompanhado pela mãe. O aluno é extremamente calmo, um pouco tímido, mas desenvolve bem as atividades propostas pela professora, pois o atendimento individual faz com que ele se sinta mais a vontade.

A professora por sua vez utiliza de vários recursos para ajudá-lo, contanto durante as observações pude presenciar, no primeiro momento, o uso do alfabeto ampliado e gravuras de alguns objetos ampliados, onde foi colocado sobre a mesa todo o alfabeto e a frente do aluno estava à professora com gravuras. Ela lhe mostrava uma por uma as gravuras e perguntava com qual letra iniciava tal objeto e assim prosseguiu todo o tempo do atendimento. No

segundo momento de observação a atividade executada era adivinhas com letras do alfabeto, onde a professora lia um pequeno texto com características das letras e o aluno tinha que adivinhar de qual letra o texto estava falando.

Na primeira atividade relatada ele não teve nenhuma dificuldade e acertou todas, já na segunda ficou um pouco mais difícil porque ele não tinha aquele alfabeto a sua frente, tinha que utilizar do conhecimento já adquirido, neste caso o alfabeto, mesmo com algumas dificuldades conseguiu acertar a maioria.

Portanto, apesar de terem sido poucos momentos observados pelo ambiente acolhedor e pelo atendimento da professora e da desenvoltura do aluno, pude perceber que são pequenas ações fazem uma grande diferença na vida daquele aluno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais está estabelecida e regulamentada por Lei. Todavia, muitas são as barreiras existentes para que essas normas de fato sejam efetivadas e possibilite a o acesso e a garantia dos direitos ao aluno com deficiência, principalmente aqueles com baixa visão, o público-alvo nessa pesquisa. Nota-se que ainda são poucos os investimentos feitos nas escolas no tange a sua infraestrutura, os espaços e materiais lúdicos utilizados, pois esses não são pensados de modo a atender um público com necessidades especiais.

O presente estudo buscou compreender como é realizado o atendimento educacional em um centro especializado com foco em baixa visão, uma vez que as escolas sozinhas não conseguem desenvolver um bom trabalho devido às salas superlotadas e até mesmo o despreparo do professor. Desse modo, o intuito maior desse estudo objetivou-se em compreender como era realizado o atendimento de alunos com baixa visão no CAEEC, buscando também verificar, conhecer e identificar como acontece a parceria das escolas regulares com esse centro a função dos profissionais que ali estão ao realizar o atendimento aos alunos com baixa visão.

Dessa forma, evidenciamos que embora o CAEEC não atenda um número maior de alunos com baixa visão ficou evidenciado que os profissionais que ali atuam compreendem a importância de um trabalho que promova a inclusão e quais os passos a serem tomados para que esse objetivo almejado seja posto em prática.

Sabe-se que a educação é a base fundamental tanto para formação quanto para o desenvolvimento de sociedade igualitária. Entretanto, é de fundamental importância que escola desenvolva um espaço capaz de criar situações que acolha a todas as pessoas, e de maneira especial, as com deficiência, ajudando assim a combater atitudes discriminatórias, a acima de tudo criar um espaço de promoção do desenvolvimento da aprendizagem do aluno deficiente bem como sua interação com os demais colegas de maneira criando um ambiente solidário e de integração social e coletiva.

Todos os passos dados para que compreendêssemos de maneira mais reflexiva e fundamentada sobre a situação do aluno com baixa visão serviram não apenas para identificar a realidade desse público, mas também para o confronto de ideias e construção de uma nova visão para essa realidade, visto que ao compreendermos melhor a situação do aluno com

baixa visão poderemos buscar alternativas de ajudá-lo no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Todas as fontes utilizadas para a realização da Fundamentação Teórica bem como a realização de pesquisa de campo mediante aplicação de questionário e o protocolo de observação foram de fundamental importância para o entendimento do processo da educação especial, compreendendo melhor a legislação que ampara e garante a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, além de entender o funcionamento e importância CAEEC no município de Carinhanha.

Diante da realidade vivenciada ficou claro que é primordial a busca de mecanismo para a efetivação dessas Leis bem como a importância de professores bem preparados para atuarem com esse público. Entende-se aqui que não basta que o professor apenas tenha uma visão técnica de trabalho, mas compreenda a importância de um trabalho pedagógico diferenciado que busque o desenvolvimento do aluno de acordo com suas potencialidades, tendo como recursos diferentes instrumentos para proporcionar a aprendizagem.

No decorrer do presente estudo alcançamos significativas experiências e nova visão para certos conceitos, tendo como ponto de partida que o processo inclusivo é um desafio e uma responsabilidade não apenas para os membros da escola, mas de todos os indivíduos visto que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais exige comprometimento, participação e cobrança de todos os segmentos da sociedade civil e pública. Isto é, todos precisam se envolver na efetivação da política de inclusão em nosso país.

Outra questão que faz necessário ressaltarmos é que é preciso cada vez mais investir no desenvolvimento da saúde da pessoa com deficiência proporcionando atendimento adequado com fisioterapeuta, fonoaudiólogo, oftalmologista, dentre outros, no intuito de melhorar a qualidade de vida e o desempenho nas suas atividades do dia a dia.

Diante do exposto fica a certeza que romper com a prática da exclusão não é uma tarefa fácil, e que será resolvida num instante. Entretanto, só iremos ter uma sociedade inclusiva quando de fato a garantia dos direitos de fato for colocada em prática. Da mesma maneira, o processo inclusivo escolar será uma realizada assegurada a todos os alunos com deficiência quando a ação pedagógica buscar mecanismos e instrumentos para que isso aconteça, ou seja, quando se passar a investir desde a estrutura física da escola, aquisição de material pedagógico adequado até na formação e capacitação dos docentes para atuar com esse público. Portanto, novas atitudes individuais e coletivas capazes de romper com o

preconceito e com qualquer tipo de exclusão serão as primeiras atitudes para que a inclusão escolar se torne uma realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001. 79p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm)> Acesso em 30 de jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.611, de 11 de setembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)> Acesso em 13 de nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. INEP, 2011.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

\_\_\_\_\_. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2010.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogada pela portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial Na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 20 de nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CEB/CNE 04, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035>> Acesso em 13 de nov. 2015.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Deficiência Visual. Reflexão sobre a Prática Pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. O Desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for. Education..Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982.

CARVALHO, Keila Miriam M. [*et al.*]. Visão Subnormal: orientações ao professor do ensino regular: 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

COOL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Vol. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PACHECO, José. Caminhos para a Inclusão. Editora Artmed. 2007.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

ROMAGNOLLI, Glória Suely Eastwood. Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino, Universidade Federal do Paraná – UFPR: Programa de Desenvolvimento Educacional –PDE. 2008.

SILVA, Aline Maira da. Educação Especial e Inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpx, 2010.

SILVA L.M da. Educação inclusiva e a formação de professores. Estado do Mato Grosso – *Campus Cuiabá*: Cuiabá, 2009.90 p. (monografia).

## APÊNDICES

### Apêndice A – Questionário - Coordenador (Modelo)



Universidade de Brasília - UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema “O Atendimento de Alunos com Baixa Visão em um Núcleo Especializado” e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Vânia Moreira da Silva Carvalho

### QUESTIONÁRIO COORDENADOR(A):

1- Qual sua formação acadêmica?

2- Você possui pós-graduação?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual área? \_\_\_\_\_

3- Há quantos anos trabalha na área educacional?

4- Há quantos anos trabalha neste local?

5- Qual sua função neste local?

6- Quando e como foi implantado o Núcleo nesta cidade?

7- Quantas pessoas trabalham para o funcionamento desse local?

8- Quantos profissionais atuam diretamente com os alunos com necessidades educacionais especiais? Quem são esses profissionais?

9- Descreva como acontece a parceria das Escolas com o Núcleo?

10- Descreva como acontece o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais neste local.

11- Descreva como é realizado o atendimento aos alunos com baixa visão neste local.

12- Qual a sua percepção sobre a aprendizagem do aluno com baixa visão?

13- Na sua percepção, quais são os aspectos facilitadores de acessibilidade para os alunos com baixa visão neste local?

## Apêndice B – Questionário - Professor (Modelo)



Universidade de Brasília - UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema “O Atendimento de Alunos com Baixa Visão em um Núcleo Especializado” e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Vânia Moreira da Silva Carvalho

### QUESTIONÁRIO PROFESSOR(A):

1- Qual sua formação acadêmica?

2- Você possui pós-graduação?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual área? \_\_\_\_\_

3- Há quantos anos trabalha na área educacional?

4- Há quantos anos trabalha como docente neste local?

5- Você possui formação em área de ensino especial ou inclusão? Qual tipo de formação (inicial ou continuada)?

6- Você possui curso de capacitação/ extensão/formação continuada na área da deficiência visual/Baixa visão? Cite qual (is):

7- Quais procedimentos metodológicos você utiliza para trabalhar com os alunos que tem baixa visão?

8- Qual a sua percepção sobre a aprendizagem do aluno com baixa visão?

9- Na sua percepção, quais são os aspectos facilitadores de acessibilidade para os alunos com baixa visão neste local?

10 – Deixe aqui recomendações que considere importantes para o trabalho com os alunos com baixa visão.



## ANEXOS

### Anexo A – Carta de Apresentação (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

#### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a)

\_\_\_\_\_ que

está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Diva Albuquerque Maciel**

## Anexo B – Aceite Institucional (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*),  
 da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa  
 \_\_\_\_\_,  
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_,  
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas,  
 observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na  
 instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A  
 pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e  
 término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela  
 instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da  
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em  
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição  
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos  
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e  
 bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

**Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_